



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
SEFA / PA - 2002

Fiscal de Tributos Estaduais

a.2

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 3h30min**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 50**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.9 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Esta prova está assim constituída:

| Disciplinas | Questões | Peso |
|---------------------------------------|----------|------|
| Contabilidade Geral | 01 a 15 | 1,5 |
| Legislação Tributária Estadual | 16 a 40 | |
| Contencioso Administrativo Tributário | 41 a 50 | |

Boa Prova

CONTABILIDADE GERAL

01- Assinale a opção correta.

As despesas de fretes

- a) e seguros pagas na aquisição de mercadorias para revenda devem ser classificadas como custo de aquisição de mercadorias.
- b) e seguros pagas na aquisição de mercadorias para revenda devem ser classificadas como despesas comerciais.
- c) não pagas, devem ser classificadas no ativo diferido.
- d) pagas na entrega de mercadorias vendidas devem ser classificadas como custo de mercadorias vendidas.
- e) pagas na venda de mercadorias não alteram o resultado operacional.

02- Assinale a opção correta.

- a) Os investimentos de terceiros na sociedade são fontes do Patrimônio Líquido.
- b) Quando o valor do Passivo é inferior ao valor do Ativo, fica caracterizada uma Situação Líquida negativa.
- c) A conta de Duplicatas Descontadas representa obrigação da empresa junto a bancos e é classificada como Passivo Circulante.
- d) Para que seja melhor evidenciada a situação da empresa os bens do Ativo devem ser avaliados pelo critério de valor de mercado.
- e) Em situações particulares o valor do Passivo pode ser superior ao valor do Ativo.

03- Nos lançamentos contábeis, as partidas são denominadas de

- a) terceira fórmula, quando são debitadas duas contas e creditada uma conta.
- b) segunda fórmula, quando são debitadas duas contas e creditada uma conta.
- c) segunda fórmula, quando são debitadas duas contas e creditadas duas contas.
- d) terceira fórmula, quando são creditadas duas contas e debitada uma conta.
- e) terceira fórmula, quando são debitadas duas contas e creditadas duas contas.

04- Assinale a opção correta.

- a) Todo acréscimo de valor em contas do Ativo corresponde, necessariamente, a um decréscimo de valor em contas do Passivo.
- b) Um decréscimo no valor de contas do Ativo corresponde, necessariamente, a um acréscimo de valor em contas do Passivo.
- c) Um acréscimo no valor de uma conta do Ativo corresponde, necessariamente, a um acréscimo de valor em conta do Passivo ou do Patrimônio Líquido.
- d) A um decréscimo no valor total do Ativo corresponde, necessariamente, um acréscimo no valor de uma, ou mais, contas do Passivo ou do Patrimônio Líquido.
- e) Um acréscimo no valor total do Ativo não corresponde, necessariamente, a um acréscimo no valor do Patrimônio Líquido.

05- Indique a opção incorreta.

- a) A manutenção de um sistema de controle permanente de estoques é admitida para efeito de apuração dos resultados do exercício.
- b) A escrituração do livro Diário pode ser substituída pela escrituração obrigatória do livro Razão.
- c) A avaliação dos estoques pelo método do custo médio ponderado é aceita para efeito de apuração dos resultados do exercício.
- d) Os créditos de impossível realização devem ser expurgados do Ativo.
- e) A perda de valor dos recursos minerais explorados deve ser reconhecida através de registro em contas de exaustão.

06- Em 10.01.2002, uma empresa comercial adquiriu da Indústria X, para revenda, 8 unidades do produto X, pelo valor de fatura de R\$ 400,00.

O estoque inicial, em 31.12.2001, do produto X era de 4 unidades, no total de R\$ 160,00.

A compra do produto X, sujeita ao ICMS de 20% e isenta do IPI, foi feita a prazo.

O registro contábil da compra foi:

- a) Produtos Prontos
 Produto X
 a Fornecedores
 Indústria X
 Pela aquisição de 8 unidades para revenda 400,00
- b) Produtos Prontos
 Produto X
 a Mercadorias para Revenda
 Produto X
 Pela aquisição de 8 unidades para revenda 400,00
- c) Mercadorias para Revenda
 Produto X
 a Fornecedores
 Indústria X
 Pela aquisição de 8 unidades para revenda 400,00
- d) Diversos
 a Fornecedores
 Indústria X
 Mercadorias para Revenda 320,00
 Produto X
 Pela aquisição de 8 unidades para revenda
 Contas Correntes ICMS 80,00 400,00
- e) Diversos
 a Fornecedores
 Indústria X
 Mercadorias para Revenda 400,00
 Produto X
 Pela aquisição de 8 unidades para revenda
 Contas Correntes ICMS 80,00 480,00

07- Os dados colhidos na Escrituração da Ville Gagnon S/A informam a existência dos seguintes valores em 31.12.01, data de encerramento do exercício:

| | |
|---|------------|
| Caixa | R\$ 100,00 |
| Máquinas, sendo 1/3 para revender | R\$ 630,00 |
| Ações de outras empresas, sendo 1/3 para revender | R\$ 450,00 |

| | |
|--|------------|
| Despesas de Depreciação de Máquinas | R\$ 90,00 |
| Depreciação Acumulada | R\$ 180,00 |
| Perdas em Investimentos | R\$ 20,00 |
| Provisão para Perdas em Investimentos | R\$ 60,00 |
| Provisão para Ajustes de Ações ao Preço de Mercado | R\$ 30,00 |
| Fornecedores | R\$ 850,00 |
| Duplicatas Descontadas | R\$ 90,00 |
| Duplicatas a Receber | R\$ 290,00 |
| Capital Social | R\$ 600,00 |
| Reservas de Lucro | R\$ 100,00 |

Organizando-se essas contas e respectivos saldos na forma de balancete, podemos não ter uma igualdade contábil, mas, certamente, teremos:

- a) saldos credores de R\$ 1.550,00
 b) saldos devedores de R\$ 1.220,00
 c) ativo total com saldo de R\$ 1.110,00
 d) passivo exigível com saldo de R\$ 940,00
 e) diferença devedora no valor de R\$ 330,00

08- O Ativo Imobilizado de determinada empresa estava assim constituído:

| | |
|--|------------|
| - Caminhão adquirido em 01.07.99 | R\$ 500,00 |
| - Móveis e Utensílios adquiridos em 01.01.99 | R\$ 100,00 |
| - Máquinas e Equipamentos adquiridos em 01.03.99 | R\$ 200,00 |
| - Automóvel adquirido em 01.01.00 | R\$ 400,00 |

Considerando que os bens entraram em uso na data de sua aquisição e que as quotas de depreciação foram calculadas à base de 20% ao ano para os veículos e 10% ao ano para os demais bens, durante todo o período, podemos afirmar que, no balanço levantado em 31.12.01, o valor

- a) contábil da conta Veículos era de R\$ 410,00.
 b) da conta Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios era de R\$ 55,00.
 c) contábil da conta Máquinas e Equipamentos era de R\$ 200,00.
 d) da conta Depreciação Acumulada de Veículos era de R\$ 410,00.
 e) da conta Depreciação Acumulada de máquinas e Equipamentos era de R\$ 30,00.

09- Considere os seguintes dados, relativos à única mercadoria que a empresa revende.

| | |
|----------|--|
| 31/01/02 | Estoque de 300 unidades a R\$ 4,00 cada uma. |
| 10/02/02 | Compra de 200 unidades por R\$ 1.000,00 (valor de fatura). |
| 15/02/02 | Venda de 400 unidades. |
| 20/02/02 | Venda de 50 unidades. |
| 25/02/02 | Compra de 450 unidades por R\$ 2.250,00 (valor de fatura). |
| 28/02/02 | Venda de 100 unidades. |
| 01/03/02 | Venda de 300 unidades. |

Considerando que

- o Lucro Bruto sobre Vendas foi de R\$ 680,00;
- as compras e vendas estão sujeitas ao ICMS de 20%;
- as despesas operacionais foram de R\$ 180,00;
- foi adotado o sistema de avaliação de estoques denominado de custo médio ponderado;
- a provisão para Imposto de Renda foi de R\$150,00,

podemos afirmar que, no Balanço de 28.02.2002,

- a) a Receita Bruta de Vendas foi de R\$ 5.100,00.
- b) o Custo de Mercadorias Vendidas foi de R\$ 2.880,00.
- c) o Custo de Mercadorias Vendidas foi de R\$ 3.400,00.
- d) a Receita Bruta de Vendas foi de R\$ 3.600,00.
- e) o Custo de Mercadorias Vendidas foi igual ao Lucro Bruto sobre Venda, isto é, de R\$ 680,00.

10- Considere os dados abaixo e assinale a opção correta.

| | |
|---------------------------------------|------------|
| Compras do período (líquidas de ICMS) | R\$ 200,00 |
| Custo das Mercadorias Vendidas | R\$ 150,00 |
| Despesas com Vendas | R\$ 100,00 |
| Despesas Financeiras | R\$ 50,00 |
| Despesas Gerais | R\$ 80,00 |
| Lucro Líquido do Exercício | R\$ 20,00 |
| Receita Líquida de Vendas | R\$ 400,00 |

Os estoques inicial e final são, respectivamente, de:

- a) R\$ 70,00 e R\$ 50,00.
- b) R\$ 50,00 e R\$ 70,00.
- c) R\$ 20,00 e R\$ 70,00.
- d) R\$ 70,00 e R\$ 20,00.
- e) R\$ 20,00 e R\$ 50,00.

11- Considere os dados abaixo e assinale a opção correta.

| | |
|------------------------------------|-------------------------------------|
| Compras | 100 unidades a R\$ 2,50, cada; |
| Estoque final | 10 unidades; |
| Estoque inicial | 20 unidades, no valor de R\$ 40,00; |
| Lucro bruto | R\$ 100,00; |
| Lucro operacional | R\$ 20,00; |
| ICMS sobre Compras e Vendas – 20%. | |

Na apuração do resultado verificamos que

- a) a Receita Líquida de Vendas é de R\$ 400,00.
- b) a Receita Bruta de Vendas é de R\$ 400,00.
- c) a Receita Bruta de Vendas é de R\$ 320,00.
- d) o Custo de Mercadorias Vendidas é de R\$ 290,00.
- e) o Custo de Mercadorias Vendidas é de R\$ 300,00.

12- Assinale a opção correta.

Do resultado do exercício devem ser deduzidos, antes de qualquer outra dedução:

- a) 20% para a constituição da reserva legal, nas companhias.
- b) os prejuízos acumulados.
- c) os valores destinados aos sócios.
- d) 5% para a constituição da reserva legal, nas companhias.
- e) os valores destinados às reservas de lucros.

13- No Balancete levantado para balanço de encerramento do exercício, as contas estavam assim agrupadas (valores em R\$):

| | |
|--------------------|-----|
| ATIVO | |
| Circulante | 100 |
| Permanente | 150 |
| PASSIVO | |
| Circulante | 80 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | |
| Capital | 100 |
| Reservas | 20 |
| CUSTOS E DESPESAS | 450 |
| RECEITAS | 500 |

Após a conciliação das contas, foram feitos os seguintes registros:

- 1 – perda de estoques = R\$ 10,00;
- 2 – ajuste no valor de seguros levado a despesas do exercício, que se referem ao exercício seguinte – R\$ 5,00;
- 3 – valor de duplicatas a receber registrado como perdas, em virtude de serem consideradas incobráveis – R\$ 5,00.

No balanço de encerramento do exercício, levantado após todos os ajustes e encerramento das contas de resultado, o saldo do

- a) Ativo Circulante era de R\$ 80,00.
- b) Patrimônio Líquido era de R\$ 160,00.
- c) Ativo Permanente era de R\$ 140,00.
- d) Patrimônio Líquido era de R\$ 170,00.
- e) Patrimônio Líquido era de R\$ 120,00.

14- A firma Brontê S/A apresentava o seguinte balan-
cete de fim de período:

| | |
|---------------------------------|--------------|
| Banco c/Movimento | R\$ 600,00 |
| Capital Social | R\$ 2.000,00 |
| Aplicações de Liquidez Imediata | R\$ 240,00 |
| Depreciação Acumulada | R\$ 500,00 |
| Despesas Administrativas | R\$ 900,00 |
| Empréstimos de Longo Prazo | R\$ 280,00 |
| Terrenos | R\$ 1.600,00 |
| Fornecedores | R\$ 800,00 |
| Lucros(Prejuízos) Acumulados | R\$ 880,00 |
| Material de Consumo | R\$ 200,00 |
| Receitas Antecipadas | R\$ 340,00 |
| Receitas de Serviços | R\$ 1.100,00 |
| Seguros Antecipados | R\$ 200,00 |
| Veículos | R\$ 2.000,00 |
| Despesas de Depreciação | R\$ 160,00 |

quando teve de promover o registro:

- do pagamento antecipado de uma despesa de R\$ 100,00;
- da ocorrência de uma despesa de R\$ 160,00 para pagamento futuro; e
- da apropriação de uma despesa paga antecipadamente no valor de R\$ 150,00.

No balanço patrimonial, após os registros acima, vamos encontrar um Ativo no valor de

- a) R\$ 3.930,00
- b) R\$ 4.090,00
- c) R\$ 4.190,00
- d) R\$ 4.240,00
- e) R\$ 4.590,00

15- A organização empresarial Camel Sútil começou o exercício social com um Patrimônio Líquido de R\$ 100.000,00, tendo, no período, praticado as seguintes operações:

- em março, os acionistas integralizaram capital em dinheiro no valor de R\$ 10.000,00;
- em junho promoveram retiradas, a título de antecipação de lucros, no valor de R\$ 9.000,00;
- no fim do ano foi apurado um lucro de R\$ 20.000,00, antes da Provisão para o Imposto de Renda;
- aumentado o Capital em R\$ 20.000,00, com a entrega de um imóvel;
- contabilizado Imposto de Renda de R\$ 4.000,00.

Foram, também, constituídas reservas de lucros no valor de R\$ 1.000,00.

Após considerar o registro de todos os fatos narrados, mas apenas isto, podemos afirmar que o Patrimônio Líquido atual tem o valor de

- a) R\$ 137.000,00
- b) R\$ 136.000,00
- c) R\$ 127.000,00
- d) R\$ 116.000,00
- e) R\$ 107.000,00

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

16- Entre as operações ou prestações abaixo, assinale a que não implica incidência do ICMS.

- a) Entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa natural, destinada ao seu consumo próprio.
- b) Prestação de serviço intramunicipal de transporte de valores.
- c) Fornecimento de bebidas em restaurantes.
- d) Venda de bem ao arrendatário, em operação de arrendamento mercantil.
- e) Prestação onerosa de serviço de comunicação.

17- Considerando as disposições do Regulamento do ICMS, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A emissão de Cupom Fiscal por meio de equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF é prevista apenas para os casos de vendas a vista a pessoa natural, e desde que a mercadoria seja retirada ou consumida no próprio estabelecimento pelo adquirente.
- b) Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS na saída, de estabelecimento industrializador, de mercadoria submetida a processo de industrialização, em retorno ao estabelecimento encomendante, relativamente ao valor acrescido.
- c) Nas operações de arrendamento mercantil, considera-se ocorrido o fato gerador por ocasião da venda do bem arrendado.
- d) Tratando-se de prestação onerosa de serviços de comunicação iniciados no exterior, local da prestação é o do estabelecimento ou do domicílio do destinatário.
- e) Os documentos fiscais, exceto o Cupom Fiscal, serão emitidos por decalque a carbono ou em papel carbonado, e suas diversas vias não se substituirão em suas respectivas funções.

18- Na data x^1 o estabelecimento industrial E_1 , situado no Estado do Pará, deu saída a mercadoria, para fins de demonstração, para o estabelecimento comercial E_2 situado no mesmo Estado. Decorridos 45 dias e sem que a mercadoria retornasse a E_1 , sua propriedade foi transmitida a E_2 . (Não se trata de operação isenta ou não tributável). Considerando a situação descrita, assinale a opção que contém uma proposição incorreta.

- a) Na data x^1 , a mercadoria sai de E_1 com suspensão do imposto e E_1 deve emitir nota fiscal atribuindo à mercadoria o preço FOB estabelecimento comercial a vista.
- b) Na transmissão da propriedade, E_1 deve emitir nota fiscal com o nome de E_2 como destinatário, com destaque do ICMS.
- c) Na aquisição da propriedade, E_2 deve emitir nota fiscal com o nome de E_1 como destinatário, sem destaque de ICMS.
- d) E_1 deve lançar a nota fiscal emitida por E_2 no Livro Registro de Entradas.
- e) E_2 deve lançar a nota fiscal que emitiu no Livro Registro de Entradas.

19- O contribuinte Alfa, fabricante de tecidos, estabelecido em Belém, começou a operar em outubro do ano x_1 , apresentando em sua escrituração os seguintes registros:

a) mês de outubro de x_1 :

- valor do ICMS incidente sobre as mercadorias recebidas no mês para serem utilizadas como matérias-primas na industrialização de seus produtos: R\$ 20.000,00;
- valor do ICMS referente à energia elétrica consumida no mês no estabelecimento industrial: R\$ 100,00;
- valor do ICMS incidente sobre equipamento adquirido para integrar seu ativo permanente: R\$ 9.600,00;
- vendas de produtos de sua fabricação para estabelecimento comercial localizado em Brasília, para ser revendido: valor total das operações – R\$ 230.000,00.

b) mês de novembro de x_1 :

- valor do imposto cobrado relativamente às mercadorias recebidas no mês para serem utilizadas como matérias-primas na industrialização de seus produtos: R\$ 8.000,00;
- valor do ICMS referente à energia elétrica consumida no mês no estabelecimento industrial: R\$ 200,00;
- vendas de produtos de sua fabricação para destinatário contribuinte do imposto localizado em São Paulo (operação tributada): valor total das operações – R\$ 80.000,00;
- vendas de produtos de fabricação própria para destinatário contribuinte do imposto localizado no Pará (operação tributada): valor total da operação – R\$ 60.000,00;
- vendas de produtos de fabricação própria para destinatário não contribuinte do imposto localizado em Minas Gerais (operação tributada): R\$ 40.000,00;
- outras saídas não tributadas: R\$ 20.000,00.

Assinale, a seguir, a opção que indica corretamente o valor do ICMS a ser recolhido, relativo aos períodos de apuração de outubro e de novembro do ano x_1 , nessa ordem.

- a) R\$ 0,00 e R\$ 16.120,00
- b) R\$ 7.500,00 e R\$ 18.400,00
- c) R\$ 7.300,00 e R\$ 18.220,00
- d) R\$ 0,00 e R\$ 16.300,00
- e) R\$ 7.300,00 e R\$ 18.400,00

20- O estabelecimento **X**, situado no Pará, engarrafador de água mineral, deu saída a 2.000 unidades de água mineral (embalagem não retornável, capacidade 500 ml), para estabelecimento contribuinte de ICMS também situado no Pará, para fins de comercialização. O preço de venda foi de R\$ 0,50 a unidade, o frete e o seguro cobrados do destinatário foram de, respectivamente, R\$ 70,00 e R\$ 30,00. Não houve incidência de IPI na operação. O preço final de venda a consumidor sugerido pelo fabricante (assim entendido o engarrafador) é de R\$ 1,00 a unidade. Considerando a situação descrita, e tendo em vista as normas do Regulamento do ICMS, assinale a opção que contém uma assertiva verdadeira.

- a) O valor do imposto a ser recolhido por **X** por substituição tributária é de R\$ 153,00.
- b) O valor do imposto a ser recolhido por **X** por substituição tributária é de R\$ 340,00.
- c) O valor do imposto a ser recolhido por **X** por substituição tributária é de R\$ 170,00.
- d) A operação descrita não se submete ao recolhimento do imposto pelo regime de substituição tributária.
- e) É assegurado a **X**, como contribuinte substituto, o direito à restituição do imposto recolhido por força da substituição, correspondente a fato gerador presumido que não se realizar.

21- Não está prevista como hipótese que autoriza o arbitramento do valor das operações ou prestações, na impossibilidade de apurar o montante real da base de cálculo do ICMS:

- a) transporte de mercadoria acompanhada desacompanhada de documentação fiscal.
- b) funcionar o estabelecimento sem a devida inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS.
- c) não apresentação ao Fisco dos documentos necessários à comprovação dos registros ou lançamentos nos livros fiscais ou contábeis, em razão de sua destruição por incêndio, devidamente comprovado por laudo do corpo de bombeiros.
- d) utilização irregular de sistema de processamento de dados, de que resulte redução do imposto devido.
- e) transporte de mercadoria sem a comprovação do efetivo pagamento do frete.

22- A empresa BETA importou do exterior uma máquina para seu ativo imobilizado. O preço declarado nos documentos de importação foi de US\$10,000.00. O valor fixado pela autoridade aduaneira para base de cálculo do imposto de importação foi de US\$15,000.00. A empresa arcou ainda com os seguintes ônus: a) US\$ 750.00 de imposto de importação, à taxa de câmbio de R\$ 2,50; b) R\$ 1.350,00 de IPI; c) R\$ 500,00 de despesas aduaneiras diversas; d) R\$ 200,00 de frete pelo transporte do porto até seu estabelecimento. O pagamento da máquina ao exportador estrangeiro foi feito ao câmbio de R\$ 2,80. Das opções abaixo, assinale aquela que corresponde à base de cálculo do ICMS.

- a) R\$ 28.725,00
- b) R\$ 28.925,00
- c) R\$ 41.425,00
- d) R\$ 30.875,00
- e) R\$ 41.225,00

23- Considerando as disposições contidas no Regulamento do ICMS, assinale a opção que encerra uma proposição não verdadeira.

- a) Constitui direito de crédito fiscal o valor do imposto cobrado nas operações anteriores às isentas ou não tributadas, relativamente a produtos agropecuários, sempre que as saídas posteriores a estas forem tributadas.
- b) É permitido o aproveitamento do crédito do ICMS em caso de devolução de mercadoria feita por pessoa física, em virtude de garantia.
- c) Os créditos acumulados do ICMS, que remanescerem após compensação prevista no regime normal de apuração do imposto, podem ser utilizados, a critério do sujeito passivo, para pagamento de débitos próprios ou para transferência a outras empresas situadas no Estado.
- d) Para fins de inscrição do Cadastro de Contribuintes do ICMS consideram-se estabelecimentos distintos os que, pertencentes à mesma pessoa e situados no mesmo local, exerçam atividades que, pela sua natureza, são incompatíveis.
- e) Tendo ocorrido o recolhimento do ICMS por substituição tributária, ficam desoneradas de tributação as operações internas subsequentes com as mesmas mercadorias.

24- O sujeito passivo não está obrigado a efetuar o estorno (total ou parcial) do imposto de que se tiver creditado referente a

- a) mercadoria ou serviços entrados no estabelecimento e que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior.
- b) mercadoria entrada no estabelecimento que seja objeto de saída com redução de base de cálculo.
- c) mercadoria entrada no estabelecimento que vier a ser utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento.
- d) mercadoria entrada no estabelecimento que tenha sido objeto de roubo.
- e) mercadoria entrada no estabelecimento que for consumida em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante esteja isenta do ICMS.

25- Assinale, entre as opções abaixo, a que, completando a proposição a seguir, resulta numa afirmativa incorreta.

Constitui obrigação acessória, para o sujeito passivo, prevista na legislação do ICMS,

- a) exibir a outro contribuinte, quando solicitada, a Ficha de Inscrição Cadastral – FIC, nas operações que com ele realizar.
- b) sempre que solicitado, entregar ao adquirente o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar.
- c) facilitar à fiscalização o acesso aos livros, documentos, levantamentos e mercadorias em estoque.
- d) emitir o documento fiscal próprio sempre que promover a saída de mercadorias.
- e) comunicar ao Fisco Estadual quaisquer irregularidades de que tiver conhecimento.

26- Tendo em vista as normas da legislação relativa ao ICMS, assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () A concessão e revogação de benefícios fiscais do ICMS é feita por meio de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal.
- () A legislação do ICMS contém previsão para concessão de benefício fiscal sob forma de crédito presumido.
- () Os benefícios fiscais aplicáveis à circulação de mercadorias alcançam a prestação de serviços de transporte com ela relacionados.

- a) F, F, F
- b) V, V, F
- c) V, F, F
- d) V, F, V
- e) F, V, V

27- Em caso de imposto não exigido em auto de infração, prevê o Regulamento do ICMS do Estado do Pará que o recolhimento fora do prazo fixado na legislação

- a) é acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir do mês seguinte ao do vencimento.
- b) será atualizado monetariamente com base no IGP-M.
- c) pode ser pago sem a multa moratória se o atraso não for superior a 5 (cinco) dias.
- d) é acrescido da multa moratória que pode variar de 5% a 30%.
- e) sujeita-se à multa de mora que não excederá a 15%.

28- Entre os livros fiscais previstos no Regulamento do ICMS, não se inclui

- a) Registro de Selo Especial de Controle.
- b) Registro de Controle de Mercadorias Importadas.
- c) Registro de Controle da Produção e do Estoque.
- d) Movimentação de Produtos.
- e) Movimentação de Combustíveis.

29- O estabelecimento industrial **A**, situado no Pará, remeteu para a empresa comercial exportadora **B**, também situada no Pará, produtos industrializados (máquinas) com o fim específico de exportação. Tanto **A** como **B** estão regularmente credenciados para exportação mediante regime especial (saídas com o fim específico de exportação). Considerando a situação descrita, assinale a opção que contém uma assertiva não verdadeira.

- a) A mercadoria sai de **A** para **B** favorecida pela não incidência do imposto sob condição resolutória de sua exportação.
- b) Antes da saída da mercadoria, **A** deverá apresentar à repartição fiscal a que estiver vinculado a 1ª, a 3ª e a 4ª via da Nota Fiscal por ele emitida, acompanhadas de uma via adicional, para visto, ficando a via adicional retida para controle.
- c) Quando da saída da mercadoria para o exterior, além da nota fiscal para documentá-la, **B** deve emitir, também, o "Memorando – Exportação", cuja terceira via será encaminhada à repartição fiscal a que estiver vinculado.

- d) Decorridos 90 dias da data da saída da mercadoria de **A** para **B**, e não havendo prorrogação do prazo, caso a exportação não se efetive, **A** ficará obrigado a recolher o imposto dispensado sob condição, atualizado monetariamente e com os acréscimos moratórios cabíveis.
- e) Se **B** devolver a mercadoria a **A** antes de decorridos 180 dias da saída de **A** para **B**, não será exigido o recolhimento do imposto.

30- Não constitui penalidade prevista no Regulamento do ICMS, a ser aplicada aos contribuintes que não cumprirem exigências ou condições impostas pela legislação:

- a) Multa.
- b) Cassação de Regime Especial.
- c) Proibição de transacionar com o Estado.
- d) Perdimento das mercadorias.
- e) Sujeição a regime especial de fiscalização e pagamento.

31- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a sequência correta.

- () Caracteriza reincidência a prática da mesma infração por parte do mesmo sujeito passivo respondida anteriormente mediante procedimento fiscal e transitada em julgado a decisão definitiva na esfera administrativa.
- () Ocorrendo a reincidência, nos termos da legislação do ICMS, dentro de um período inferior a cinco exercícios da prática da mesma infração anterior, a multa será elevada em 20% na primeira ocorrência, e em 40% nas demais ocorrências.
- () Para ter direito à redução da multa aplicada em auto de infração o sujeito passivo, além de não apresentar impugnação, deve pagar integralmente o crédito tributário dentro de 15 dias contados da data em que se considera feita a notificação.
- () Constituem penalidades previstas no regulamento do ICMS a cassação de Regime Especial e a proibição de firmar contratos de qualquer natureza e outros atos que importem em transação com o Estado do Pará.

- a) V,F,F,V
- b) V,V,F,F
- c) F,V,F,V
- d) F,F,V,F
- e) V,F,F,F

32- Assinale, entre as opções abaixo, a que não caracteriza presunção legal *juris tantum* de ocorrência de operações ou prestações tributáveis sem pagamento do imposto.

- a) Saldo credor de caixa.
- b) Manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes.
- c) Suprimentos à caixa efetuados por terceiros.
- d) Pagamentos não contabilizados.
- e) Entradas de mercadorias não contabilizadas.

33- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a sequência correta.

- () Têm legitimidade para formular consulta sobre interpretação da legislação do ICMS o sujeito passivo e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais.
- () Não será admitida a petição de consulta que se refira a mais de uma matéria relativa ao ICMS.
- () Para que a consulta tenha o caráter de denúncia espontânea em relação ao débito vencido, é necessário que o sujeito passivo efetue o recolhimento no prazo de 20 dias contados da ciência da decisão.
- () A consulta não suspende o prazo de recolhimento em relação ao imposto já destacado em nota fiscal.
- () O juízo de admissibilidade da consulta é efetuado em instância única.
- () A solução da consulta é efetuada em duas instâncias, a primeira pelo setor de tributação e estudos econômicos da SEFA e a segunda pelo Secretário Executivo de Estado da Fazenda.

- a) V, V, V, V, F, F
- b) V, V, F, V, F, F
- c) F, F, V, F, V, V
- d) V, F, F, V, V, F
- e) V, F, F, V, V, V

34- Considerando as disposições legais a respeito do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), assinale as proposições abaixo com **F** para falsa e **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a sequência correta.

- () O adquirente de veículo é solidariamente responsável pelo pagamento do imposto e acréscimos legais devidos em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto de exercício anterior.
- () O servidor que efetuar o registro e licenciamento de veículo de qualquer espécie sem a prova do pagamento do imposto ou do reconhecimento da isenção ou não incidência é responsável solidário pelo pagamento do imposto e acréscimos legais devidos.
- () Em caso de perda da isenção, considera-se ocorrido o fato gerador no dia 1º de janeiro do exercício subsequente ao evento (perda).
- () O IPVA não incide quando se trata de veículos de propriedade de turista estrangeiro.

- a) V,F,F,V
- b) F,V,F,V
- c) V,V,F,F
- d) V,F,V,F
- e) F,F,V,V

35- Pedro adquiriu, em uma revendedora de carros, automóvel novo, sendo o valor, constante da nota fiscal, já incluído frete e seguro, de R\$ 48.000,00. Sabendo que o proprietário pagou pontual e integralmente o imposto devido, e considerando que o veículo referido foi adquirido em 10 de março e em 20 de setembro do mesmo ano foi totalmente destruído por incêndio, assinale a assertiva correta (suponha aplicável a legislação vigente em 01/01/2002).

- a) O valor do IPVA pago no exercício foi de R\$ 700,00, sem direito a qualquer restituição.
- b) O valor do IPVA pago no exercício foi de R\$ 600,00, sem direito a qualquer restituição.
- c) O IPVA pago deve ser integralmente restituído, tendo em vista a perda total do veículo ocorrida no próprio exercício.
- d) O contribuinte terá direito à restituição de 3/12 do IPVA pago em razão da perda total do veículo ocorrida em setembro.
- e) O IPVA pago no exercício foi de R\$ 1.000,00, sem direito a qualquer restituição.

36- Considerando que o valor anual do IPVA de determinado veículo novo é R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), assinale a opção que indica o valor correto do IPVA a ser cobrado no exercício de 2002 para a hipótese de o veículo ser adquirido do fabricante pela primeira vez em 29 de setembro do ano de 2002.

- a) R\$ 900,00
- b) R\$ 300,00
- c) R\$ 400,00
- d) R\$ 1.200,00
- e) R\$ 800,00

37- Considerando que a sigla ITCD designa o imposto de competência do Estado, incidente sobre a transmissão *causa mortis* ou doação de bens ou direitos, entre as proposições abaixo, indique a verdadeira.

- a) O ITCD relativo à transmissão *causa mortis* de imóveis situados em São Paulo, onde era domiciliado o *de cujus*, a herdeiros legítimos residentes no Pará, é devido ao Estado do Pará.
- b) O ITCD relativo à doação de bens móveis, sendo o donatário domiciliado no Pará e o doador domiciliado em Pernambuco, é devido ao Estado do Pará.
- c) O ITCD relativo à transmissão *causa mortis* de bens móveis a herdeiros legítimos residentes no Pará, tendo o inventário se processado na Bahia, onde era domiciliado o *de cujus*, é devido ao Estado do Pará.
- d) Se o contribuinte não concordar com o valor estipulado pela autoridade fiscal, para efeito de cálculo do ITCD, poderá requerer, no prazo de 15 dias, avaliação contraditória na forma prevista na lei, interrompendo a fluência do prazo para pagamento do tributo.
- e) O ITCD relativo à transmissão *causa mortis* de imóveis situados no Pará, pertencentes a *de cujus* que era domiciliado no Rio de Janeiro e que faleceu na Bahia, a herdeiros legítimos residentes em São Paulo, é devido ao Estado de São Paulo, onde se processou o inventário.

38- Assinale, entre as opções abaixo, a que corresponde a operação isenta do Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos.

- a) Doação de qualquer bem cujo valor seja de até R\$ 1.500,00.
- b) Transmissão *causa mortis* a herdeiro que não possua outro imóvel residencial, de imóvel destinado exclusivamente a sua moradia.
- c) Doação, pelo Poder Público, de lote urbanizado, para edificação de unidade habitacional destinada a moradia do donatário.
- d) Transmissão *causa mortis*, a herdeiro que não possua outro imóvel, de imóvel rural de cuja exploração do solo dependa o sustento de sua família.
- e) Doação de vestuário, qualquer que seja o valor.

39- Pedro da Silva faleceu em 10 de maio, deixando para seu único filho José seu apartamento, cujo valor venal é de R\$ 150.000,00. O apartamento não estava totalmente pago, pesando sobre ele dívida de R\$ 20.000,00. O inventário foi requerido em 20 de setembro seguinte. Ocorreu procedimento fiscal para apurar descumprimento das obrigações.

Tendo em vista a hipótese descrita e considerando as disposições legais quanto ao Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), é correto afirmar que

- a) a transmissão é isenta do pagamento do ITCD porque o *de cujus* não possuía outro imóvel.
- b) são devidos imposto no valor de R\$ 6.000,00, com os acréscimos legais cabíveis, e multa no valor de R\$ 300,00.
- c) são devidos imposto no valor de R\$ 5.200,00, com os acréscimos legais cabíveis, e multa no valor de R\$ 260,00.
- d) o valor do imposto devido é de R\$ 5.200,00, mas só haverá multa se o imposto não for pago no prazo legal.
- e) o valor do imposto devido é de R\$ 6.000,00, mas só haverá multa se o imposto não for recolhido no prazo legal.

40- Considerando as normas legais sobre o Imposto Sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a sequência correta.

- () É contribuinte do imposto, na transmissão *causa mortis*, o herdeiro ou o legatário.
- () O doador é solidariamente responsável pelo imposto devido pelo donatário, no caso de inadimplência deste.
- () Qualquer pessoa que detenha a posse do bem transmitido na forma da lei é solidariamente responsável pelo imposto devido pelo contribuinte.
- () Nas transmissões *causa mortis* de bens imóveis, o pagamento do imposto deve sempre ser feito em até cinco dias após a homologação do cálculo.

- a) V,V,V,F
- b) V,F,V,V
- c) V,V,F,F
- d) F,F,V,V
- e) F,V,F,V

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

41- Para resguardar o direito da Fazenda Pública, a autoridade administrativa pode, conforme a hipótese e na forma da lei, adotar as seguintes medidas, exceto:

- a) suspensão dos incentivos e benefícios fiscais.
- b) arrolamento dos bens e direitos do sujeito passivo.
- c) declarar a indisponibilidade dos bens do sujeito passivo.
- d) declarar o sujeito passivo devedor remisso, com a conseqüente proibição de transacionar com repartições públicas estaduais e estabelecimentos creditícios controlados pelo Estado.
- e) determinação do cancelamento da inscrição do contribuinte.

42- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a sequência correta.

- () A Lei que rege os procedimentos administrativo-tributários prevê, como formas de notificação e intimação, a pessoal, a mediante remessa por via postal ou qualquer outro meio ou via, e a por edital, podendo a autoridade escolher livremente a forma a ser utilizada.
- () A intimação por edital considera-se feita 15 dias após a data da publicação ou da afixação do edital.
- () A intimação mediante remessa por via postal com aviso de recebimento presume-se feita na data em que for devolvido o documento pelo órgão encarregado da postagem.

- a) V, V, F
- b) F, F, V
- c) V, F, F
- d) V, V, V
- e) F, V, F

43- Considerando o que dispõe a lei que rege os procedimentos administrativo-tributários, assinale a proposição verdadeira.

- a) Qualquer incorreção ou omissão no auto de infração acarreta sua nulidade.
- b) A autoridade julgadora não pronunciará a nulidade que aproveitaria ao sujeito passivo se puder decidir do mérito em favor dele.
- c) O prazo para o contribuinte autuado apresentar impugnação é de 30 (trinta) dias, contado da data em que se o considera notificado.
- d) A nulidade da decisão de primeira instância acarreta a nulidade de todo o processo, desde o auto de infração.
- e) A impugnação apresentada fora do prazo legal caracteriza revelia, e não é encaminhada para julgamento.

44- Tendo em vista as normas que regem os procedimentos administrativo-tributários, assinale a opção que contém uma proposição verdadeira.

- a) Sempre que, no curso de fiscalização, ocorrer apreensão de bens móveis, os mesmos ficarão retidos até decisão final do processo administrativo.
- b) O Termo de Apreensão de mercadorias e outros bens móveis, livros, documentos etc., só terá validade para efeito de retenção se assinado pela pessoa em cuja posse a coisa apreendida se encontrava.
- c) As coisas apreendidas serão depositadas na repartição fazendária mais próxima do local da apreensão ou, a juízo do apreensor, em mãos de terceiro idôneo, desde que não seja o detentor da posse ou o infrator.
- d) Ocorrendo apreensão de bens por constituírem prova material da infração, no caso de os mesmos serem levados a leilão, qualquer que seja o resultado apurado na venda, será ele integralmente escriturado como em receita orçamentária do Estado.
- e) Nos casos de impossibilidade de identificar o proprietário, o possuidor ou detentor das coisas por ocasião da apreensão, o órgão preparador, através de edital, intimará o proprietário a se identificar no prazo de 15 dias.

45- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a sequência correta.

- () Da decisão de primeira instância contrária ao sujeito passivo ou ao requerente, cabe recurso para o Tribunal Administrativo de Recursos Tributários.
- () Podem ser reunidos em uma única petição recursos referentes a mais de uma decisão, desde que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo sujeito passivo.
- () As decisões do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários em recurso voluntário são sempre definitivas, não podendo ser alteradas na esfera administrativa.

- a) V, V, F
- b) F, F, V
- c) V, F, F
- d) V, V, V
- e) F, V, F

46- Assinale as assertivas abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a sequência correta.

- () O princípio que rege a apreciação das provas no procedimento administrativo tributário é o da livre convicção.
- () De acordo com as normas da lei que rege os procedimentos administrativo-tributários, compete à autoridade julgadora determinar, a requerimento do sujeito passivo, as diligências que entender indispensáveis.
- () Se o saneamento de inexatidão no Auto de Infração implicar agravamento da exigência inicial, deverá ser formalizada a respectiva exigência em auto de infração distinto.
- () Havendo depósito administrativo em dinheiro do valor do crédito questionado, em caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, a importância depositada será devolvida, a requerimento do sujeito passivo, em até 15 dias contados da entrada do requerimento no órgão preparador.

- a) V, V, F, V
- b) V, F, F, F
- c) F, F, V, F
- d) V, F, V, F
- e) F, V, F, F

47- Contra o contribuinte ALFA foi lavrado auto de infração com exigência de obrigação tributária em valor equivalente a 10.000 (dez mil) Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará (UPF-PA). Ao julgar a defesa apresentada pelo contribuinte, o julgador de primeira instância manteve em parte a exigência, desobrigando o sujeito passivo do pagamento de tributo equivalente a 9.000 (nove mil) UPF-PA. Diante dessa situação, é correto afirmar que

- a) a decisão, necessariamente, será apreciada, em grau de recurso, pelo Tribunal Administrativo de Recursos Tributários.
- b) da decisão de primeira instância cabem recursos, voluntário e de ofício, os quais podem ser interpostos no prazo de 20 dias contados da ciência.
- c) o recurso de ofício devolve o conhecimento do feito ao Tribunal Administrativo de Recursos Tributários em relação a toda a matéria objeto do auto de infração.
- d) se imediatamente após ciência da decisão de primeira instância ALFA pagar o crédito mantido, o processo deverá ser arquivado.
- e) o recurso voluntário tempestivo, se interposto, não tem efeito suspensivo.

48- Ao julgar a defesa apresentada pelo contribuinte contra auto de infração, o julgador de primeira instância cancelou parcialmente a exigência, recorrendo de ofício. Inconformado com a parte mantida, o contribuinte, no prazo legal, interpôs recurso voluntário. No julgamento, foi dado provimento ao recurso de ofício e negado ao voluntário.

Tendo em vista a situação descrita, não é correto afirmar que:

- a) da decisão da Câmara o sujeito passivo pode interpor recurso ao Pleno.
- b) se na decisão a interpretação dada à legislação tiver sido divergente da que lhe tenha dado outra Câmara, o Procurador do Estado deverá interpor recurso ao Pleno.
- c) tendo o órgão preparador sido responsável pela intimação da decisão ao sujeito passivo, se decorridos 15 dias da data em que se considera feita a intimação não houver qualquer manifestação por parte do sujeito passivo, será formalizada a inscrição do débito na Dívida Ativa.
- d) se a decisão contiver inexatidão material devida a lapso manifesto, poderá o mesmo ser corrigido de ofício, independentemente de requerimento do sujeito passivo.
- e) o sujeito passivo pode requerer a correção de erros de cálculo porventura existentes na decisão.

49- Considerando as disposições da lei que rege os procedimentos administrativo-tributários, quanto aos órgãos de julgamento e à segunda instância de julgamento, entre as proposições abaixo, assinala a única falsa.

- a) É atribuição do Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários decidir a respeito da admissibilidade de recurso de revisão.
- b) Antes de serem distribuídos ao Relator, os expedientes protocolados no Tribunal Administrativo de Recursos Tributários são distribuídos ao Procurador do Estado designado para atuar junto às Câmaras de Julgamento.
- c) Compete ao Tribunal Administrativo de Recursos Tributários aprovar, em sessão plenária, a alteração de seu Regimento Interno.
- d) O Relator tem o prazo de 15 dias para relatar e devolver o expediente que lhe for distribuído.
- e) Tanto o Relator como o Revisor podem propor ao Plenário a realização de diligência.

50- Consultoria Tributária Ltda., sociedade prestadora de serviços de assessoria jurídica, para fins de orientar vários clientes seus, formulou consulta à Secretaria de Estado da Fazenda que versava sobre: a) benefícios fiscais previstos na área do ICMS; b) base de cálculo do IPVA para veículos importados; c) base de cálculo do ITCD; d) responsabilidade tributária do ICMS por substituição. Diante desses fatos, é correto afirmar que:

- a) enquanto não julgada definitivamente a consulta, a consulente não pode sofrer qualquer ação fiscal que tenha por objeto fato relacionado com benefícios fiscais previstos na área do ICMS, base de cálculo do IPVA para veículos importados, base de cálculo do ITCD e responsabilidade tributária do ICMS por substituição.
- b) a consulta deve ser respondida pelo órgão de tributação e de estudos econômicos da Secretaria de Estado da Fazenda no prazo de 20 dias, abrangendo todas as questões formuladas, sob pena de cerceamento de defesa.
- c) se a decisão proferida pelo órgão de tributação e de estudos econômicos da Secretaria de Estado da Fazenda for favorável ao consulente, caberá recurso de ofício para o Secretário de Estado da Fazenda.
- d) a consulta formulada não produz efeito.
- e) o órgão preparador deverá intimar o consulente a desmembrar a consulta em três processos distintos, cada um alcançando apenas um tributo.